

CORREIO CENTRO-OESTE

DF vai vacinar bebês contra doenças respiratórias

Uso de nirsevimabe objetiva reduzir complicações e internações



"Aquecendo Vidas" prevê arrecadação de 105 mil itens

Primeira-dama de Goiás lança campanha de inverno

A primeira-dama de Goiás, Gracinha Caiado, anunciou ontem (13) a Campanha Aquecendo Vidas 2025 com a meta de distribuir mais de 105 mil cobertores em todos os 246 municípios do estado. O lançamento foi no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, com investimentos de R\$ 5 milhões.

A ação é coordenada pelo Goiás Social e busca enfrentar o período de baixas temperaturas, que se estende até meados de agosto. Desde 2019, o governo já distribuiu mais

de 470 mil cobertores, somando R\$ 16 milhões em investimentos.

A campanha também promove arrecadação de agasalhos em quase 50 pontos de coleta em Goiânia, envolvendo secretarias, agências, fundações e entidades parceiras.

A população pode doar cobertores, mantas, jaquetas, blusas e calças de moletom até 5/6. Os itens arrecadados complementam o esforço para garantir proteção térmica a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Pesquisa

O professor Juliano André Bogoni, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ficou em 20º lugar no ranking mundial da ScholarGPS na área de mamíferos. O levantamento avalia impacto e qualidade de pesquisas científicas feitas nos últimos cinco anos, sem contar autocitações.

Festival

A Orquestra América do Sul abre o Festival América do Sul amanhã (15), às 19h30, no Palco do Porto, em Corumbá (MS). Com a participação de músicos de todo o continente, o concerto celebra a diversidade cultural sul-americana e homenageia Mário Zan e Tim, ícone do Mato Grosso do Sul.

Pagamento

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipsago) oferece parcelamento das coparticipações de agosto/2024 a janeiro/2025 em até 24 vezes, sem juros ou multas. Pagamento até dia 20 pelo portal do beneficiário. Mais informações, ligar para: 0800 062 1919.

Cinema

O filme goiano Oeste Outra Vez, dirigido por Érico Rassi, é a maior bilheteria do Cine Cultura, em Goiânia, desde sua reabertura em janeiro de 2025, com mais de 700 espectadores. Viabilizado pela Lei Paulo Gustavo, o longa destaca a força do audiovisual e a importância das políticas culturais.

Orçamento

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) debaterá amanhã (15), a execução do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. A comissão geral, proposta pelo deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PRD), ocorre das 15h às 18h e será transmitida ao vivo pela TV Câmara Distrital.

Obras

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra-MT) informou que a passagem de nível sob a Avenida Miguel Sutil, em Cuiabá, será demolida. A estrutura, construída em 2014 pelo Consórcio Veículo Leve sobre Trilhos, apresenta falhas que comprometem a segurança da obra.

Audiência

A Escola Classe Chapadinha, em Brazlândia, no Distrito Federal, poderá ter seu nome alterado para Escola Classe Lindaura Carvalho da Silva, em homenagem à fundadora da comunidade rural. A mudança será debatida em audiência pública amanhã (15), às 19h, na própria unidade escolar.

Paraguai

A Praça Ary Coelho, em Campo Grande (MS), recebe hoje (14) um evento cultural com início às 17h. A programação celebra o Dia das Mães e o Dia do Povo Paraguáio, com apresentações musicais e feira de empreendedoras da colônia paraguáia, promovendo integração.

Virtual

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou em segundo turno, ontem (13), o projeto que cria uma campanha para prevenir crimes virtuais cometidos com uso indevido de inteligência artificial contra crianças e adolescentes, alertando sobre riscos de imagens alteradas.

Prefeito

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (União), lançou ontem (13) o Programa Mais Acesso a Especialistas, que oferece consultas, exames e retorno com prazo de até 60 dias. A iniciativa unifica a fila de espera e visa dar mais agilidade ao atendimento na rede municipal.



Prematuros são o alvo da campanha da Secretaria de Saúde

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) iniciou busca ativa para vacinar crianças com o nirsevimabe, medicamento que protege recém-nascidos contra infecções respiratórias graves.

Pretende-se vacinar recém-nascidos prematuros, entre 32 semanas e 36 semanas e 6 dias, nascidos a partir de 1º de outubro de 2024.

O secretário de Saúde do DF, Juracy Cavalcante, afirma

que a busca ativa será realizada pelos agentes comunitários de cada região, mas a população também deve procurar os postos e levar os bebês prematuros para receber o medicamento.

“Fizemos um levantamento das crianças elegíveis e iniciamos a busca ativa dos pacientes para ampliar a aplicação e diminuir as internações”, explicou o secretário. “O objetivo é reduzir a gravidade desses pacientes”, destacou.

Pioneiro

O Distrito Federal é a primeira unidade da Federação a adquirir o medicamento que protege contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), principal responsável por casos de bronquiolite e pneumonia nos primeiros meses de vida.

Desde abril, o nirsevimabe está sendo aplicado como medida preventiva para reduzir complicações e internações de infecções respiratórias em be-

bês – o que tem impacto direto na ocupação de leitos de UTI neonatal.

Como funciona

Aprovado pela Anvisa em outubro de 2023 e incorporado ao SUS em fevereiro deste ano, o nirsevimabe é um anticorpo de ação prolongada, que oferece proteção imediata, sem necessidade de ativação do sistema imunológico.

Segundo a Secretaria de Saúde, o nirsevimabe vai ampliar a estratégia de proteção, de forma complementar e integrada ao protocolo vigente. Agora que começa o período da seca, aumentam os riscos de doenças respiratórias.

Os pacientes recém-nascidos internados na rede pública que atenderem ao critério de elegibilidade, já receberão o nirsevimabe durante a internação hospitalar, mediante prescrição médica padronizada. Já os bebês que não receberam o imunizante antes da alta hospitalar e estão dentro do público-alvo, deverão procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS) da sua região.

Com informações da Agência Brasília

Paulo H. Carvalho/ Agência Brasília



Unidade é voltada ao combate à violência de gênero

DF: Sol Nascente ganha centro para mulheres

O governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão (PP), inaugurou, ontem (13), o primeiro Centro de Referência da Mulher Brasileira (CRMB) no Sol Nascente.

A unidade é a terceira do tipo no DF, junto às estruturas em São Sebastião e Recanto das Emas, além da Casa da Mulher Brasileira, em Ceilândia.

O centro amplia a rede de proteção para mulheres em situação de violência e recebeu investimento de R\$ 1,26 milhão, com recursos federais e de

emendas parlamentares.

Com 312 metros quadrados, o CRMB do Sol Nascente segue o modelo de tipologia III e oferece recepção, salas de atendimento psicossocial, brinquedoteca, copa, área de convivência e estrutura acessível.

A localização no Trecho 2 foi escolhida por facilitar o acesso da população. A unidade, parte da política pública voltada ao enfrentamento da violência de gênero, é a terceira entregue em 2025 e será seguida por outra em Sobradinho II.

GOIÁS

Estado tem queda de 44,6% nos homicídios

Goiás teve queda de 53,9% na taxa de homicídios por 100 mil habitantes entre 2013 e 2023.

O recuo foi de 44,6% ao se considerar apenas o período entre 2018 e 2023. Os dados são do Atlas da Violência 2025, divulgado na segunda-feira (12).

No mesmo recorte de dez anos, os assassinatos com arma de fogo diminuíram 60,8%.

A taxa de homicídios oculares caiu 42,9%. Entre jovens de 15 a 29 anos, a redução foi de 58,8%. Em 2023, o número de mortes caiu para 628.

Entre as mulheres, a queda foi de 60,7%, com destaque para as negras, com recuo de 60,4%. A taxa de homicídios de pessoas negras em geral caiu 53,2%.

M. GROSSO DO SUL

Mais social já atendeu mais de 2,1 mil cidadãos

Famílias em situação de vulnerabilidade estão recebendo os cartões do programa Mais Social em Mato Grosso do Sul.

A ação faz parte da busca ativa, que realiza visitas domiciliares desde março. Mais de 2,1 mil atendimentos foram feitos em 79 cidades.

O programa oferece R\$ 450 mensais para compra de itens essenciais. A equipe que visita as residências usa colete azul, crachá e tablet para realizar o pré-cadastro.

A iniciativa busca garantir segurança alimentar e apoiar a superação da extrema pobreza. No dia (8), o IBGE divulgou que o estado tem a quinta menor desigualdade do país.

MATO GROSSO

Mais de R\$ 27 milhões para área ambiental

A Secretaria de Meio Ambiente (Sema) de Mato Grosso obteve R\$ 27,9 milhões em acordos e a recuperação de mais de 10 mil hectares em área degradada no 6º Mutirão de Conciliação Ambiental. O evento ocorreu de 22 a 28 de abril.

Dos 305 processos analisados, 182 resultaram em acordos, somando R\$ 15,7 milhões em multas. Também foram firmadas obrigações de reposição florestal e de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Os acordos envolvem regularização ambiental e compensações. Desde 2020, os mutirões garantiram R\$ 133,7 milhões e a recuperação de 80 mil hectares.

DISTRITO FEDERAL

163 mil crianças e adolescentes vacinados

Mais de 163 mil crianças e adolescentes de 10 a 14 anos foram vacinados contra a dengue no DF. O imunizante está disponível desde fevereiro de 2024 na rede pública, mas a cobertura ainda é considerada baixa.

Do total, 109 mil receberam a primeira dose e cerca de 54 mil a segunda, o que representa 59,7% e 29,5% de cobertura, respectivamente.

A vacina é aplicada em duas doses com intervalo de 90 dias.

O Ministério da Saúde priorizou essa faixa etária por ser a mais hospitalizada pela doença.

A vacinação ocorre em mais de 100 salas de cainas e exige documento com foto e também caderneta de vacinação.

TJDFT veta lei que prioriza empresas locais

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) declarou inconstitucional uma a Lei Distrital nº 7.438/2024, que obrigava o governo local a comprar uniformes apenas de fabricantes da Capita. De acordo com a assessoria do TJDFT, a decisão unânime do Conselho Especial considerou que a norma violava princípios de licitação e competências da União.

A legislação questionada, de 2024, estabelecia que o poder público só poderia adquirir esses produtos de empresas sediadas no DF, exceto quando não houvesse oferta local.

O governo distrital argumentou que a regra interferia na administração pública e contrariava normas federais sobre licitações. Os juízes entenderam que a lei criava reserva de mercado ilegítima, prejudicando a concorrência.

O tribunal destacou jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe

preferências regionais em compras governamentais.

A decisão anulou a norma com efeito retroativo, invalidando-a desde sua publicação. O relator do caso apontou que a restrição comprometia a competitividade das licitações.

O colegiado também considerou que a assembleia legislativa invadiu atribuições do executivo ao editar a norma, ferindo o princípio da separação de poderes.

Esta não é a primeira vez que o TJDFT julga inconstitucionais leis que estabelecem vantagens para empresas locais.

Decisões anteriores já haviam vetado normas semelhantes, seguindo orientação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. A ação foi proposta pelo governador do Distrito Federal contra a Câmara Legislativa.

Com a decisão, órgãos públicos voltam a poder adquirir uniformes e artigos sem restrição de origem, desde que obedecidos os critérios de licitação.